


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

1ª VARA DA FAMÍLIA E SUCESSÕES

RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS-SP - CEP 13560-760

SENTENÇA

Processo nº: 1004020-75.2017.8.26.0566
 Classe – Assunto: **Alvará Judicial - Lei 6858/80 - Levantamento de Valor**
 Requerentes: Pedro Santini Neto, Quilmes Santini de Oliveira, Cibele S. Bonichelli, Irene Santini Marrara, Romeu José Santini e Heloisa Santini Hipólito.
 Requerido: **Romeu Santini**, CPF 016.199.858-53, nascido nesta cidade em 11/05/1914, filho de Pedro Santini e de Anacleto Vidal Santini, falecido em 15/12/1991.
 Requerente autorizado ao saque: **Pedro Santini Neto**, brasileiro, casado, engenheiro, RG 3.071.840-SSP/SP, CPF 627.918.698-91, residentes e domiciliados nesta cidade na Rua Aquidaban, nº 397, CEP 13.560-120.

Juiz de Direito: Paulo César Scanavez

Os requerentes pretendem a expedição de alvará judicial para sacar todo o numerário existente na conta vinculada do **PIS/FGTS** inscrito sob nº 107.29155.95-9, deixado por seu genitor-requerido, que faleceu em 15/12/1991. Exibiram certidão de óbito (fl. 32) e extrato/comprovante desses ativos. Mandatos às fls. 04/09. Documentos diversos às fls. 10/38.

É o relatório. Fundamento e decido.

A legitimidade dos requerentes pleitearem o levantamento do saldo existente na conta vinculada do PIS/FGTS inscrito sob nº 107.29155.95-9, especificada a fl. 34, decorre do passamento do requerido Romeu Santini, ocorrido em 15/12/1991, fato demonstrado através da certidão de óbito constante dos autos (fl. 32), e nela consta que o falecido era casado com Nair Santini, não deixou bens e nem testamento.

Os requerentes são filhos do requerido, portanto, herdeiros necessários e hábeis a pleitearem esse saque (art. 1.784 c.c. o inciso I e , do art. 1.829, todos do Código Civil).

Os requerentes informaram que um dos filhos do requerido, Roberto Santini, faleceu em 30/03/2004, e exibiram a certidão de óbito de fl. 33. Naquela certidão a declarante não soube dizer nome e idade do filho de Roberto Santini.

Em pesquisa do cadastro do SAJ, este juiz constatou a existência de inventário dos bens deixados por Nair Santini, o que denota que esta também faleceu. Os requerentes deixaram de exibir certidão de óbito desta. Não há como aferir se Nair Santini, na qualidade de viúva-meeira, deixou outro herdeiro além daqueles relacionados na petição inicial.

O requerente-autorizado ficará responsável pelo pagamento da cota-parte de cada



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

1ª VARA DA FAMÍLIA E SUCESSÕES

RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS-SP - CEP 13560-760

herdeiro nos ativos fundiários, de acordo com o artigo 272, do CC, sob as penas da Lei, em especial do filho de Roberto Santini (herdeiro por representação), e de qualquer outro herdeiro que não tenha sido relacionado nestes autos.

Inexiste óbice ao deferimento do pedido.

DEFIRO O PEDIDO INICIAL para conceder **ALVARÁ** para que o Espólio do requerido Romeu Santini, a ser representado pelo requerente **PEDRO SANTINI NETO** (supraqualificados), **saque** na CEF, ou outra Instituição responsável, todo o numerário deixado pelo falecido Romeu Santini, falecido nesta cidade em 15/12/1991, existente na conta vinculada do **PIS/FGTS nº 107.29155.95-9** (contas ativas, inativas, resíduos de planos econômicos, eventuais multas e juros), especificada a fl. 34. O autorizado poderá receber, dar quitação e assinar os papéis e documentos necessários à consecução desse objetivo. Prazo de validade do alvará: 120 dias. **Esta sentença valerá como instrumento de ALVARÁ para os fins aqui expressos, devendo a Instituição Financeira lhe dar pleno atendimento.** Compete à advogada dos requerente materializar esta sentença/alvará assim que publicada nos autos.

O requerente-autorizado ficará responsável pelo pagamento da cota-parte de cada herdeiro nesse bem, de acordo com o artigo 272, do CC, sob as penas da Lei, em especial do filho de Roberto Santini (herdeiro por representação), e de qualquer outro herdeiro que não tenha sido relacionado nestes autos.

Aos requerentes para, em 5 dias, complementarem o recolhimento das custas processuais (taxa judiciária e CPAs). Pela natureza do pedido o valor da taxa judiciária se enquadra na descrição nº 6 da tabela do TJSP, ou seja, "...6) Inventários, arrolamentos e nas causas de separação judicial e de divórcio, **e outras**, em que haja partilha de bens ou direitos...".

(*TAXA JUDICIÁRIA: Monte-mor de até R\$ 50.000,00 = 10 UFESPs, para o exercício de 2017, o valor da UFESP é de R\$ 25,07 = R\$ 250,70 - R\$ 155,19 recolhido às fls. 35/36 = **R\$ 95,51**; Guia DARE-SP, código 230-6 ***). O valor da CPA é de R\$ 20,00 por mandante (CPA a ser complementada: 6 X valor da taxa = R\$ 120,00 – R\$ 18,74 recolhido às fls. 37/38 = **R\$ 101,26**).

P. I. Com a assinatura digital lançada nesta sentença, dar-se-á automaticamente o trânsito em julgado, dispensando o cartório de lançar certidão, valendo este registro para todos os fins de direito. Desde que recolhidas as custas processuais, dê-se baixa dos autos no sistema e ao arquivo.

São Carlos, 26 de abril de 2017.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA